

Pacote contra a produção

Luiz Estevão *

Ao editar seu mais recente pacote de medidas econômicas, o governo federal comete um erro antigo, produzir uma recessão, reduzir as próprias receitas e agravar o déficit público que procura combater. Ressuscitou a velha máxima de que não se deve prescrever um remédio muito forte, para não matar o doente. Na esperança de proteger o real de novos (e talvez ainda mais atemorizantes) sobressaltos da ultraglobalizada economia mundial, a equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso, aplicou uma fortíssima dose de juros altos, controle do consumo, arrocho tributário e redução de gastos que representa um duríssimo golpe contra a indústria e o comércio, além de atingir dois segmentos já castigados pelo ônus da (prioritária) luta contra a inflação: a classe média e os servidores públicos.

Medidas como o aumento da tributação do Imposto de Renda na fonte, a redução de cargos não efetivos e a extinção dos chamados "décimos" atingem em cheio o servidor, que de modo algum pode ser responsabilizado pelo déficit. Afinal, desde o início do atual governo, não houve reajuste salarial e tampouco aumento de efetivo. Ao contrário, constata-se que o enorme sacrifício imposto ao funcionalismo federal e local nos últimos anos não foi suficiente para que as contas públicas se equilibrassem. Tanto é verdade que a máquina federal não é, como muitos erradamente supõem, inchada ou superdimensionada. Ela consome, na verdade, apenas 18% do que é arrecadado. Os juros sobre a dívida pública, esses sim, são o grande vilão do orçamento que a União tenta administrar todos os anos.

Sabe-se, naturalmente, que a longa agonia representada pela tramitação das reformas administrativa e fiscal no Congresso Nacional em nada colaborou para que o Plano Real pudesse consolidar-se em bases mais permanentes. Mas ao reduzir tão brutalmente a possibilidade de consumo e atividade econômica, o governo, ávido por aumentar sua arrecadação, corre o risco de dar um tiro no próprio pé. Ou seja, o impacto do remédio seria tão forte que a economia, atingida em cheio, colocaria o pé no freio da produção, com a conseqüente redução dos impostos recolhidos.

Brasília, especialmente, sentirá os efeitos do pacote de primavera. Tem uma economia fortemente dependente do funcionalismo público



(cuja massa salarial responde por 60% do poder de compra local). Prevê-se, mesmo às vésperas do Natal, época de tradicional aquecimento da atividade comercial, que o Distrito Federal iniciará o Ano Novo agregando mais 25 mil desempregados ao contingente que, hoje, já é recorde nacional, com 160 mil pessoas sem ocupação.

Alguns setores econômicos, mais dependentes das vendas a prazo, precisarão operar verdadeiros milagres para ajustarem-se aos novos tempos. O mais grave é que, até há bem pouco tempo, nada parecia indicar esse retrocesso. Por isso mesmo, muitos empresários investiram pesadamente em seus negócios, na expectativa que as vendas, empurradas pelo Natal e o décimo-terceiro salário, compensassem o investimento extra em estoque, pessoal, marketing etc.

Não se tem notícia de país desenvolvido que tenha protegido eficientemente sua economia e a sua moeda com uma política de juros altíssimos por tempo indeterminado. Se tal remédio fosse eficaz para a doença que ameaça vitimar o real, outros países já o teriam ministrado às suas próprias economias com sucesso, o que não ocorreu. Por isso, como empresário e, mais ainda, como político comprometido com a defesa do servidor público, não posso concordar com um pacote cuja essência é nefasta e os eventuais benefícios, absolutamente insondáveis.

O governo demonstrou que, pelo menos enquanto as reformas não deixarem de ser apenas promessas, não existem mecanismos efetivos de defesa para o real. Pelo menos, instrumentos capazes de salvar o dinheiro sem, com isso, investir contra o equilíbrio financeiro, o patrimônio pessoal e a renda familiar de milhões de assalariados.

* Deputado Distrital (PMDB) e diretor-superintendente, licenciado, do Grupo OK.